



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO
CURSO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ORLANDO PEREIRA DE SOUSA

**OS FATORES QUE OCASIONAM A EVASÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR NO
SEGMENTO II DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Uma Revisão
Bibliográfica**

FLORIANO

2025

ORLANDO PEREIRA DE SOUSA

**OS FATORES QUE OCASIONAM A EVASÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR NO
SEGMENTO II DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Uma Revisão
Bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano.

Orientadora: Prof^a. Esp^a. Maria Raimunda D' Jesus Neta.

FLORIANO

2025

OS FATORES QUE OCASIONAM A EVASÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR NO SEGMENTO II DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Uma Revisão Bibliográfica

Orlando Pereira de Sousa¹
Maria Raimunda D'Jesus Neta²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino voltada para um grupo que historicamente foi marginalizado pela exclusão social. Com o tempo, a educação destinada a esse público passou a atender interesses específicos das elites, como, por exemplo, a ampliação do eleitorado, realidade que, em certa medida, ainda se reflete nos dias atuais. O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo compreender os fatores que contribuem para a não permanência dos alunos do segmento II na modalidade EJA, identificando os fatores internos e externos enfrentado cotidianamente pelos estudantes. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica que permitiu sintetizar e discutir pesquisas relevantes sobre o tema. Os resultados indicam que a desmotivação dos jovens, as exigências do trabalho, a gravidez, a falta de tempo, a distância da escola, a precariedade dos espaços de estudo, o uso de substâncias psicoativas, os problemas financeiros, a estrutura familiar fragilizada, a diferença de idade entre os alunos, e a dificuldade de compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, muitas das vezes desvinculados da realidade desses sujeitos ocasionando a evasão ou exclusão escolar. A formação docente voltada para essa modalidade deve incluir o uso de tecnologias e recursos pedagógicos significativos, como filmes, poesias, músicas e danças, que dialoguem com o universo cultural dos educandos. Um ensino contextualizado, que respeite as trajetórias dos alunos, promove transformações reais, visto que muitos buscam na educação a possibilidade de melhorar suas condições de vida, como das suas famílias e comunidades.

Palavras-chave: segmento II; exclusão social; não permanência; evasão; formação docente

ABSTRACT

Adult Education is a teaching modality aimed at a group that has historically been marginalized by social exclusion. Over time, education for this population began to serve specific elite interests, such as expanding the electorate, a reality that, to some extent, is still reflected today. This Final Project aimed to understand the factors that contribute to the failure of students in segment II to continue in the EJA modality, identifying the internal and external factors they face daily. The methodology used was a literature review that allowed us to synthesize and discuss relevant research on the topic. The results indicate that young people's lack of motivation, work demands, pregnancy, lack of time, distance from school, precarious study spaces, substance use, financial problems, fragile family structures, age differences among students, and difficulty understanding classroom content, often disconnected from the students'

¹Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Campus Floriano. Email: caflo.2021114LBIO21@aluno.ifpi.edu.br

² Prof^a. Especialista em Supervisão Escolar. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano - PI. maria.neta@ifpi.edu.br

realities, lead to school dropout or exclusion. Teacher training for this modality should include the use of technologies and meaningful pedagogical resources, such as films, poetry, music, and dance, that connect with the students' cultural world. Contextualized teaching that respects students' individual trajectories fosters real transformation, as many seek through education the possibility of improving their living conditions, as well as those of their families and communities.

Keywords: segment II; social exclusion; non-permanence; dropout; teacher training.

Data de aprovação: 07/07/2025

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise da literatura sobre os elementos que contribuem para a desistência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade é composta por indivíduos com trajetórias diversas, que não iniciaram ou não concluíram a escolarização no tempo previsto pelo ensino regular (Campos & Oliveira, 2003). Essa particularidade se deve ao fato de a EJA ser voltada, justamente, para aqueles que enfrentaram dificuldades ou interrupções nos estudos, possibilitando-lhes a conclusão da educação básica fora do período regular.

Ademais, esses alunos enfrentam diversas barreiras que muitas vezes os levam a abandonar os estudos. A evasão ocorre, em grande parte, porque os estudantes não se sentem pertencentes ao ambiente escolar em que estão inseridos, ocasionando a exclusão escolar (Pedroso, 2010). Como consequência desse sentimento de não pertencimento, muitos passam a reduzir gradativamente a frequência às aulas e, por fim, desistem completamente da trajetória escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), a EJA é definida como “uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, que usufrui de uma especificidade própria, que como tal deveria receber um tratamento consequente” (CNE/CEB 11/00, p. 2).

Com base nesse princípio, este trabalho foca no Segmento II, que corresponde à IV e V Etapas do Ensino Fundamental, abrangendo do 6º ao 9º ano, ou seja, a IV Etapa (6º e 7º anos) e a V Etapa (8º e 9º anos), com o intuito de compreender como essa organização pode facilitar a conclusão dos estudos pelos sujeitos atendidos nessa modalidade.

Nesse contexto, é importante considerar que as características do público da EJA mudaram significativamente em comparação ao passado, quando o principal objetivo era apenas a alfabetização. Atualmente, muitos estudantes retornam à escola

com a intenção de atualizar seus conhecimentos e buscar melhores oportunidades de emprego, uma vez que a qualificação facilita a inserção no mercado de trabalho (Souza, 2011), além de promover maior autonomia em suas vidas.

Diante da complexidade do tema, a pergunta norteadora deste trabalho é: quais fatores pessoais ou relacionados ao ambiente escolar contribuem para a desistência dos alunos na modalidade EJA? A partir dessa questão, busca-se compreender os elementos que interferem na permanência dos estudantes, considerando tanto aspectos internos quanto externos ao contexto educacional.

Com base nisso, o objetivo geral deste trabalho é compreender os fatores que contribuem para a não permanência dos alunos do Segmento II na modalidade EJA, identificando os desafios enfrentados cotidianamente pelos estudantes. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) discutir os aspectos históricos da EJA no Brasil; 2) examinar os marcos legais da modalidade; e 3) realizar um levantamento teórico dos fatores que levam os estudantes da EJA a abandonarem os estudos.

Além disso, é importante ressaltar que cada região do país apresenta especificidades em relação ao público da EJA, as quais devem ser consideradas por educadores, pelo poder público e pelas instituições escolares no planejamento, implementação e aprimoramento das práticas educacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTÓRIA E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu como uma alternativa para alfabetizar pessoas que, por diversos motivos, se mantiveram afastadas do ambiente escolar. Considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais, é natural que suas cinco regiões apresentem características e dificuldades distintas, as quais contribuem para que muitos jovens e adultos permaneçam fora da sala de aula.

As primeiras iniciativas voltadas à alfabetização no Brasil datam do período colonial, quando o ensino era restrito e fortemente influenciado pela doutrinação religiosa. Nessa época, os jesuítas atuavam principalmente entre os povos indígenas, com o objetivo de catequizá-los. Esse processo resultava em aculturação forçada, pois buscava-se substituir os costumes tradicionais por valores e práticas europeias, alinhando-os aos interesses coloniais (Haddad e Di Pierro, 2009; Moura, 2003).

Entretanto, em 1759, o modelo educativo vigente foi desestruturado com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, em uma ação liderada pelo Marquês de Pombal. A partir desse momento, o ensino passou a atender aos interesses do governo português, mas ainda de forma restrita e desorganizada, o que resultou em um sistema educacional pouco eficiente (Moura, 2003).

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, houve uma tentativa de democratizar o acesso à educação, tornando-o teoricamente mais amplo. No entanto, essa iniciativa não trouxe avanços significativos, nem promoveu uma inclusão educacional efetiva. A prioridade do período era alfabetizar a população com vistas à participação no processo eleitoral, conforme estabelecido pela Lei Saraiva de 1881. Dessa maneira, a educação seguiu atendendo, principalmente, aos interesses das elites monárquicas, sem contemplar uma real emancipação intelectual das classes populares.

Já no século XX, em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, estabeleceu-se um marco significativo nas políticas educacionais brasileiras. Esse momento foi acompanhado pelo fortalecimento do movimento da Escola Nova, em 1932, o qual defendia uma educação voltada para a participação ativa dos alunos e tinha como pretensão incorporar toda a população infantil ao sistema de ensino (Ribeiro, 2001). A partir da década de 1940, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser discutida como uma questão política de relevância nacional.

Posteriormente, durante as décadas de 1950 e 1960, Paulo Freire (1921-1997) desenvolveu diversas iniciativas voltadas à educação de grupos historicamente excluídos do sistema educacional formal. Esses grupos, frequentemente marginalizados e privados do acesso à informação, foram beneficiados por um projeto inovador coordenado por Freire em 1963 na cidade de Angicos (RN), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esse projeto alfabetizou cerca de 300 pessoas em apenas 40 horas, utilizando uma abordagem que ficou conhecida como o “Método de Paulo Freire” (Freire, 2021). Nesse método, os participantes aprenderam a ler e escrever por meio de palavras relacionadas a objetos do trabalho rural, tarefas domésticas e suas próprias experiências de vida, ou seja, o conteúdo era aplicado à sua realidade social e cultural.

Tal abordagem foi especialmente concebida para atender às necessidades de uma população pobre, negra, subempregada e muitas vezes oprimida pela sociedade (Arroyo, 2001). Ademais, considerando que o público da Educação de Jovens e

Adultos (EJA) é bastante heterogêneo, desconsiderar suas especificidades pode contribuir para a evasão escolar, comprometendo o sucesso das ações educativas dirigidas a esse segmento.

Durante o período da Ditadura Militar, que teve início em 1964, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo principal objetivo era erradicar o analfabetismo no país (Correa, 1979), promovendo uma educação em massa. Contudo, essa iniciativa não tinha apenas essa finalidade; ela também visava preparar a população para o mercado de trabalho, alinhando-se aos interesses econômicos e políticos do regime militar.

Apesar das diferentes políticas educacionais implementadas ao longo do tempo, a evasão escolar ainda persiste como um dos principais desafios enfrentados pela EJA. Os fatores que contribuem para a descontinuidade dos estudantes são destacados por Campos e Oliveira (2003, p. 12):

Os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando os jovens e adultos deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Nesse sentido, é importante reconhecer que o público da EJA é majoritariamente composto por pessoas que enfrentam extensas jornadas de trabalho e acumulam responsabilidades domésticas. Muitas delas chegam à escola no turno da noite, frequentemente apresentando sinais de cansaço físico e mental. Também é relevante destacar a crescente presença de alunos mais jovens nessa modalidade, o que, por vezes, gera dificuldades de adaptação, especialmente quando o ensino ofertado não é percebido como relevante para sua realidade. Outro desafio significativo refere-se ao despreparo de parte do corpo docente para lidar com as especificidades desse público, o que compromete a permanência e o engajamento dos estudantes no processo educativo.

Diante desse contexto, é fundamental compreender que jovens e adultos são seres humanos sociais e culturais, que muitas vezes carregam marcas de traumas e conflitos impostos pela própria sociedade em que vivem (Luckesi, 1994). Diante dessa realidade, torna-se imprescindível que as escolas ofereçam um ambiente acolhedor, inclusivo e respeitoso, com abordagens pedagógicas flexíveis e metodologias

adaptadas às realidades desse público. Ademais, o suporte emocional se mostra indispensável, pois o processo de alfabetização aprender a ler e escrever pode representar uma profunda transformação na vida dessas pessoas, tanto dentro quanto fora do espaço escolar (Cagliari, 2008).

Considerando o preparo docente assume um papel central. Observa-se que esse aspecto ainda é bastante fragilizado na EJA (Capucho, 2012). Dessa forma, é urgente a implementação de formações específicas voltadas aos educadores dessa modalidade, a fim de que estejam aptos a desenvolver práticas pedagógicas mais significativas. Tais práticas, por sua vez, devem valorizar as vivências, os saberes prévios e as trajetórias de vida dos educandos, contribuindo assim para uma aprendizagem mais eficaz e contextualizada. Afinal, a educação é um direito humano (Capucho, 2012) e, ao reconhecer a diversidade presente nesse público, torna-se possível reduzir os índices de evasão e estimular a permanência escolar.

Em 2005, o Governo Federal unificou seis programas voltados para jovens entre 18 e 29 anos (Paula; Oliveira, 2011), criando o que passou a ser conhecido como PROJOVEM. Esse programa contempla tanto jovens de áreas urbanas quanto rurais, incluindo também adolescentes, e atua de acordo com a realidade de cada grupo, o que contribui para tornar a aprendizagem mais significativa (Moreira, 2012). Tal iniciativa é fundamental, pois, sem a devida qualificação profissional, esses jovens enfrentam grandes dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho.

Consequentemente, muitos deles abandonam a escola regular e recorrem à EJA na esperança de concluir os estudos que, por diversos motivos, foram interrompidos (Carvalho; Lima, 2017). Ao concluir a educação básica por meio dessa modalidade, esses sujeitos têm a oportunidade de conquistar um emprego digno, o que pode transformar não apenas suas próprias trajetórias, mas também melhorar significativamente as condições de vida de suas famílias. Dessa forma, compreende-se com clareza as razões que levam um número expressivo de jovens a procurar a Educação de Jovens e Adultos.

No mesmo sentido, Brandão (2001) define a EJA como:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, dando oportunidade a jovens e adultos para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos, sendo preceito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, inciso I, que garante o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria. Esse dispositivo constitucional determina, portanto, o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos.

Somado a isso, o autor apresenta uma divisão histórica da funcionalidade dessa modalidade educacional:

- a) de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;
- b) de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. (Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964; e
- c) O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a 'Nova República' extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela Nova República.

Assim, reconhecer que esse público, historicamente ignorado e marginalizado, precisa ser valorizado como protagonista de sua própria história, tendo assegurado o direito à autonomia e à construção de sua identidade social. Nesse contexto, os avanços legais conquistados ao longo do tempo refletem o reconhecimento da importância da EJA como um instrumento essencial de emancipação, inclusão social e construção de uma cidadania plena e participativa.

A princípio, é importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino respaldada por legislações fundamentais, sendo essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos. Essa forma de ensino impacta diversos aspectos da vida dos estudantes, ampliando suas oportunidades pessoais, profissionais e sociais. Além disso, favorece a inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a transformação da realidade vivida por esse público.

Tal diretriz está claramente expressa no artigo 205 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 (CF/88), o qual estabelece:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base nisso, compreende-se que a educação é não apenas um direito universal, mas também uma responsabilidade compartilhada entre Estado e família. Cabe ainda à sociedade civil colaborar para sua efetivação, com vistas ao desenvolvimento integral do sujeito, à sua participação ativa na vida pública e à

capacitação para o mundo do trabalho. No tocante ao direcionamento normativo, a Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, estabelece diretrizes essenciais para o funcionamento da EJA. De acordo com o documento:

O 2º segmento, correspondente ao Ensino Fundamental – Anos Finais, atenderá pessoas que não concluíram essa etapa da Educação Básica e tem como objetivo o fortalecimento da integração da formação geral por meio do aprofundamento dos conhecimentos da alfabetização e anos iniciais contemplando as demais áreas de conhecimentos ainda não abrangidas. Recomenda-se que essa formação geral seja contextualizada com a realidade dos sujeitos e, sempre que possível, ofertada em articulação com uma qualificação profissional.

Dessa forma, é possível compreender a EJA como um instrumento que vai além da alfabetização e da formação profissional: trata-se de uma prática educacional voltada à promoção de justiça social, à ampliação de oportunidades e ao fortalecimento do exercício da cidadania.

A título de contextualização, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 apontou que a taxa de analfabetismo no Brasil entre indivíduos com 15 anos ou mais era de 7,0%, enquanto os alfabetizados representavam 93,0%. Dentre as 27 Unidades Federativas, os estados com os piores índices de analfabetismo foram: Piauí (14,8%), Alagoas (14,4%) e Paraíba (13,6%). Em contrapartida, as menores taxas foram registradas no Distrito Federal (1,9%), no Rio de Janeiro (2,1%) e em São Paulo e Santa Catarina (ambos com 2,2%). Antes de abordar as causas da evasão escolar, é pertinente revisitar as origens e os desdobramentos históricos da EJA no país.

Antes de abordarmos as razões para a evasão escolar, é importante relembrar brevemente as formas de oferta da EJA atualmente previstas em lei. A esse respeito, a Resolução CNE/CEB nº 1/2021 destaca as seguintes formas de ensino:

- I. Educação de Jovens e Adultos presencial;
- II. Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD);
- III. Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de Formação Técnica de Nível Médio; e
- IV. Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Essas possibilidades permitem que jovens e adultos acessem a educação de acordo com suas necessidades, seja no aspecto educacional, seja no aspecto profissional. Nesse contexto, a oportunidade de adquirir conhecimento e se capacitar

para o mercado de trabalho possibilita que esses sujeitos alcancem maior autonomia e qualidade de vida, algo que todos merecem. Assim, a EJA representa não apenas um direito, mas uma chance concreta de transformação e valorização pessoal e social, funcionando como um verdadeiro marco divisor na trajetória educacional de muitos estudantes. Em razão disso, muitos deles optam por interromper os estudos regulares para ingressar, ainda que precocemente, no mercado de trabalho.

No que tange aos marcos legais, é essencial compreender o papel das diretrizes que estruturam a EJA. Recentemente, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que aprimora as normativas anteriores. Esse documento esclarece como deve ocorrer o processo de ensino, destacando a importância de oferecer turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno de forma inclusiva, atendendo às diferentes especificidades desse público, que abrange grupos culturais e territórios diversos.

Além disso, o documento orienta a identificação de barreiras que impedem o processo de aprendizagem e incentiva o uso de tecnologias (Moran, 2009), promovendo a combinação entre aulas presenciais e virtuais. Ademais, reforça que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o foco deve ser a alfabetização; nos anos finais, a formação geral do indivíduo; e, no Ensino Médio, a formação básica e profissional. Essa formação pode ser articulada à educação profissional de forma concomitante, integrada ou por meio da modalidade a distância (EaD), voltada exclusivamente ao Ensino Médio presencial, por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Por fim, a resolução destaca que a carga horária e as disciplinas devem estar alinhadas às etapas de ensino, garantindo uma formação adequada e contextualizada para os estudantes da EJA.

Desse modo, os jovens e adultos, assim, conseguem acessar a educação de acordo com suas necessidades, seja no aspecto educacional ou profissional. A oportunidade de adquirir conhecimento e se capacitar para o mercado de trabalho permite que esses sujeitos alcancem maior autonomia e qualidade de vida, algo que todos merecem. A EJA, portanto, representa não apenas um direito, mas uma chance concreta de transformação e valorização pessoal e social, onde representa um marco divisor na trajetória educacional dos estudantes, pois muitos, diante de diversas circunstâncias, optam por interromper os estudos para ingressar, ainda que de forma precoce, no mercado de trabalho.

Acompanhando essa evolução, observa-se que os marcos legais têm desempenhado um papel determinante na consolidação das diretrizes da EJA. Um exemplo emblemático é a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que atualiza e fortalece as normativas voltadas ao ensino nessa modalidade. Entre suas diretrizes, destaca-se a necessidade de organização de turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno, de modo a contemplar a diversidade de perfis dos estudantes da EJA, considerando suas distintas realidades culturais e territoriais.

Complementarmente, o documento enfatiza a urgência de se identificar os obstáculos que dificultam o processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que recomenda a incorporação de tecnologias digitais (Moran, 2009), viabilizando o ensino híbrido com aulas presenciais e virtuais. Soma-se a isso o redirecionamento pedagógico por etapa: a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental; a consolidação da formação geral nos anos finais; e a preparação básica e técnica no Ensino Médio. Ressalta-se, ainda, que essa formação pode ocorrer de maneira articulada à educação profissional, seja de forma integrada, concomitante ou por meio da modalidade a distância (EaD), esta última exclusiva ao Ensino Médio presencial, com suporte de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Por fim, a resolução determina que tanto a carga horária quanto os conteúdos curriculares estejam alinhados às especificidades de cada etapa, assegurando, assim, uma formação significativa e contextualizada para os sujeitos da EJA.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS MAIS RECENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A partir dos anos 2000, diversas políticas educacionais foram criadas, incluindo leis e documentos normativos, com o objetivo de regulamentar a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e incentivar tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes nesse nível de ensino. Nesse sentido, destacam-se algumas políticas e decretos significativos implementados ao longo dos últimos anos.

Em 2003, por meio do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003 (mais tarde alterado pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007), foi instituído o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), cuja principal meta era erradicar o analfabetismo no país, promovendo o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita entre jovens e adultos. Em 2006, com o Decreto nº 5.840, de 13 de julho, foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica

na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Tal iniciativa visava proporcionar aos estudantes uma formação técnica profissional de nível médio, favorecendo sua inserção no mercado de trabalho.

Na sequência, em 2012, foi estabelecido o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), através da Portaria nº 867, de 4 de julho. Embora voltado às crianças do Ensino Fundamental, esse programa também impacta a EJA ao buscar garantir que todos os alunos das escolas públicas estejam alfabetizados até o 3º ano do ensino, promovendo, assim, uma base educacional mais sólida desde os primeiros anos.

Dando continuidade a esse esforço, em 2013, sob a vigência da Portaria nº 482, de 7 de junho (modificada pela Portaria nº 564, de 19 de abril de 2017), foi criada a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Essa avaliação foi concebida para aferir os níveis de alfabetização e letramento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para a identificação de dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

No ano de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.005, de 25 de junho, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). O plano estabeleceu diversas metas a serem alcançadas no período de uma década, entre as quais se destaca a meta 9, que previa a erradicação do analfabetismo absoluto no Brasil até o fim da vigência do PNE.

Anos depois, em 2019, foi lançado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), instituído pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril (revogado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023). O objetivo central do PNA era melhorar a qualidade da alfabetização em todo o território nacional, combatendo tanto o analfabetismo absoluto relacionado à ausência de habilidades básicas de leitura e escrita quanto o analfabetismo funcional, caracterizado pela dificuldade de aplicar tais habilidades em contextos cotidianos.

Mais recentemente, em 2024, foi criado o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA). Esse pacto surgiu a partir da alteração do Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, conforme regulamentado pelo Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que passou a organizar as diretrizes e procedimentos do Programa Brasil Alfabetizado. O objetivo do Pacto EJA é fortalecer o processo de alfabetização e garantir uma aprendizagem eficaz da leitura e da escrita para um número cada vez maior de jovens e adultos.

De acordo com o artigo 6º do Decreto nº 12.048/2024, as ações do Pacto são guiadas por três eixos estruturantes:

Art. 6º As ações do Pacto serão orientadas pelos seguintes eixos estruturantes:

- I -governança e participação social;
- II -estratégias e desenhos diferenciados para expansão da EJA; e
- III-fortalecimento do processo de alfabetização e qualificação da EJA, por meio de quatro subeixos:
 - a) formação dos profissionais da educação e dos educadores populares;
 - b) governança e gestão;
 - c) materiais didáticos e pedagógicos; e
 - d) monitoramento e avaliação.

Essas orientações destacam a relevância da qualificação dos educadores que atuam na EJA, visto que eles precisam estar preparados para oferecer um ensino de qualidade, capaz de atender às especificidades de um público historicamente excluído. A ausência de políticas eficazes no passado contribuiu para a evasão escolar e a marginalização social, o que reforça a urgência de superar esses entraves, promovendo a permanência dos estudantes nas salas de aula.

Trata-se, portanto, de um desafio coletivo, no qual toda a sociedade deve estar comprometida. O abandono escolar, muitas vezes, decorre da falta de valorização e respeito aos sujeitos da EJA, os quais têm direito à educação digna e inclusiva. Nesse contexto, assegurar o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar constitui não apenas uma obrigação legal, mas também um dever ético e social, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 ao garantir o direito à educação como um dos fundamentos essenciais da cidadania.

3 METODOLOGIA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar e analisar os elementos que ocasionam a evasão e a exclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica consiste em colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências, seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas, envolvendo, assim, um trabalho que exige leitura e análise minuciosa.

Para o aprofundamento da análise, foram examinados livros e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), com foco nos fatores que contribuem para a evasão ou

exclusão escolar entre os estudantes do Segmento II da EJA, que compreende as Etapas IV (6º e 7º ano) e V (8º e 9º ano) do Ensino Fundamental nos Finais. Dessa forma, a revisão bibliográfica teve como propósito analisar publicações que abordam a EJA sob aspectos históricos e legais, além de investigar os fatores internos e externos que influenciam a permanência escolar, com especial atenção ao perfil dos alunos do Segmento II.

As fontes utilizadas para a coleta de dados foram limitadas a livros – como leitura complementar – e às bases institucionais BIA (Base Institucional Acadêmica do Instituto Federal do Piauí) e Oasisbr, conforme apresentado no Quadro 1. A plataforma Oasisbr, por sua credibilidade e abrangência, foi escolhida como uma das principais fontes de busca por abrigar produções científicas brasileiras e portuguesas. No total, foram examinadas 33 publicações, das quais a maioria corresponde a Trabalhos de Conclusão de Curso. Nessas análises, o foco esteve nos referenciais teóricos, objetivos e resultados, especialmente aqueles que abordavam a trajetória histórica da EJA no Brasil, os fatores que colaboram com a evasão escolar e o perfil dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 1 – Número de publicações analisadas por base de dados.

Base de Dados	Palavras – Chaves	Números de Publicação
OASISBR	Evasão e exclusão escolar na EJA, não permanência.	29
BIA	Evasão, abandono escolar na EJA.	4

Fonte: Autoria própria (2025).

Considerando esse panorama, a EJA tem sido objeto de estudo ao longo das últimas décadas, contemplando aspectos variados, como o perfil dos estudantes, a formação dos professores e as condições dos espaços escolares. Mais recentemente, especialmente nas duas últimas décadas, inúmeros trabalhos voltados à evasão escolar nessa modalidade foram publicados, evidenciando o interesse crescente dos pesquisadores em compreender os desafios enfrentados por essa população.

Durante o processo de levantamento e análise dos dados, foram identificadas 200 publicações na plataforma Oasisbr, correspondentes ao período de 2022 a 2024. Destas, foram selecionadas 29 publicações para análise detalhada, das quais 9 foram efetivamente incluídas nesta revisão. Já na base de dados BIA, foram localizadas 4 publicações, sendo apenas 1 considerada relevante para o estudo. Ao todo, foram

avaliados 33 TCCs, dos quais 10 foram aproveitados e 23 descartados por apresentarem conteúdos repetitivos ou pouco aprofundados em relação à temática proposta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações analisadas, compostas por livros e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), permitiram a construção de um estudo bibliográfico que evidencia diversos elementos internos e externos responsáveis pela evasão ou exclusão escolar entre os estudantes do Segmento II da EJA. Tais elementos podem ser agrupados em fatores internos, relacionados à dinâmica escolar e às características do próprio sujeito, e externos, ligados ao contexto social, econômico e cultural em que o aluno está inserido.

Embora a Educação de Jovens e Adultos tenha suas origens no Período Colonial, a modalidade apenas se institucionalizou na década de 1990. As causas que contribuem para a não permanência dos estudantes na escola são diversas, incluindo dificuldades de aprendizagem, horários incompatíveis, comportamento de colegas e professores, baixa renda, problemas com transporte, violência, doenças, distância da escola, excesso de trabalho, desinteresse, comodismo, sensação de não pertencimento ao ambiente escolar e metodologias de ensino descontextualizadas.

Do ponto de vista dos educadores, apesar dos desafios em atuar na EJA, muitos relatam que a experiência é prazerosa e gratificante. As obras destacam a importância da formação inicial e continuada dos docentes, evidenciando a necessidade de preparação específica para lidar com esse público. Essa formação é fundamental para proporcionar uma educação significativa e transformadora, além de compreender os marcos legais que fundamentam a EJA, como a Constituição Federal de 1988, a LDB e os pareceres específicos para a modalidade.

A utilização de métodos pedagógicos adequados é essencial. Trabalhar os conteúdos de forma contextualizada com as vivências dos estudantes como violência e outros problemas sociais é mais eficaz do que abordagens descoladas da realidade. Embora a tecnologia possa ser um recurso interessante, seu uso representa um desafio, pois muitos estudantes da EJA não dominam habilidades digitais. A dificuldade de acesso e uso desses recursos também se aplica a professores, como ficou evidente durante o período de aulas remotas imposto pela pandemia de COVID-19.

As fragilidades das escolas que oferecem a EJA também foram examinadas. São frequentes a escassez de materiais didáticos, a infraestrutura inadequada e a ausência de espaços destinados, por exemplo, aos filhos pequenos dos estudantes, o que dificulta ainda mais a permanência. Além disso, os saberes dos alunos muitas vezes não são valorizados, e a abordagem pedagógica tende a infantilizar o público, o que compromete sua adaptação ao ambiente escolar. A EJA exige, portanto, estratégias específicas e sensíveis à trajetória de vida de seus estudantes.

No quadro abaixo (Quadro 2), são apresentadas as bases teóricas analisadas e utilizadas e, os fatores que ocasionam evasão e exclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 2 – Seleção dos trabalhos apresentando o Ano, Autor(a), Título, Tipo e Fatores da Evasão e Exclusão Escolar.

	Ano	Autor(a)	Título	Tipo	Fatores da Evasão e Exclusão Escolar
1	2022	Vanessa Dias Pereira.	A Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Balanço das produções a partir da base de dados Capes no período de 2016 a 2020.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Trabalho, família, dificuldades financeiras, muito tempo fora da escola.
2	2022	Sâmela Vieira Fernandes.	Evasão escolar: um estudo de caso na Escola Municipal Fernando de Noronha, em Volta Redonda – RJ.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Falta de tempo, problemas com transportes, doenças crônicas, falta de incentivo familiar, dificuldades de aprendizados, horários incompatíveis.
3	2022	Gilmário Silveira de Lima.	Evasão escolar nas turmas da EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Nogueira de Sousa no Município de Pereiro - CE (2020 a 2022).	Trabalho de Conclusão de Curso.	Trabalho, família, dificuldades financeiras, muito tempo fora da escola.
4	2023	Gabrielly Fernandes Mota.	EJA: Um Estudo de Fatores que refletem na Evasão Escolar na Visão dos Professores.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Heterogeneidade, juvenilização das turmas, falta de disponibilidade de materiais didáticos.
5	2023	Fabírcia Bezerra da Silva.	Evasão escolar na EJA: um olhar sobre as causas desse fenômeno educacional e social.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Falta de motivação, conciliar trabalho com estudos.
6	2023	Bruno Chaves Valério.	A educação de jovens e adultos: a evasão escolar no contexto da pandemia.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Gravidez, filhos pequenos, distância da escola, trabalho, desmotivação.

7	2024	Joanne Cecília da Cruz Moura e Larissa Alexandra de Souza Menezes.	Afetividade no contexto da EJA: uma análise da literatura brasileira em torno da permanência e evasão escolar.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Responsabilidades familiares, cansaço, choque de horários com ocupações profissionais.
8	2024	Geisy Machado de Azevedo.	Educação de Jovens e Adultos & Evasão Escolar: entre motivos, influências e desafios na realidade de uma escola em Parintins (AM).	Trabalho de Conclusão de Curso.	Desemprego, pobreza, falta de estrutura familiar, envolvimento com drogas, ausência de formação específica dos professores, falta de material didático.
9	2024	Beatriz Lara Kastrup dos Santos.	Entre a Evasão e a Permanência: um Relato de experiência na Educação de Jovens e Adultos.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Necessidade de trabalhar, cuidar de familiares, enfrentar a violência urbana, falta de autoestima.
10	2024	Wanubya de Sousa Mota.	A evasão pós-pandemia na Educação de Jovens e Adultos (EJA): em uma escola na cidade de Cajazeira/PB.	Trabalho de Conclusão de Curso.	Estudantes desmotivados, desinteressados, desacreditados.

Fonte: Autoria própria (2025).

Nas publicações analisadas, identificaram-se diversos fatores e razões que contribuem para a evasão e exclusão escolar na EJA. Frequentemente, a responsabilidade é atribuída aos próprios estudantes, desconsiderando os desafios enfrentados no cotidiano, como jornadas exaustivas de trabalho, acúmulo de responsabilidades familiares e ausência de apoio institucional. Soma-se a isso a dimensão pedagógica: a carência de metodologias adequadas à realidade desses sujeitos muitas vezes reforça a desistência. A descontextualização dos conteúdos e práticas pedagógicas desestimula o envolvimento e a permanência escolar.

Nesse sentido, Digiácomo (2005, p. 1) destaca:

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada ou tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a 'desistência' de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível valorizar o público da EJA, reconhecendo suas vivências e experiências, além de adotar estratégias que os

incentivem a permanecer na escola, apesar das dificuldades. Muitas dessas barreiras são reforçadas pelas próprias instituições escolares, que nem sempre estão preparadas para acolher e atender adequadamente os estudantes. As trajetórias da EJA são, em geral, marcadas por rupturas e demandas complexas nos âmbitos pessoal, familiar e profissional, o que contribui para a desmotivação e a falta de tempo para os estudos.

Cumprе acrescentar que esses desafios foram intensificados durante a pandemia da COVID-19 e continuam a impactar os estudantes mesmo após seu fim. Em situações em que há necessidade de priorizar, muitos optam pelo trabalho e pela família, especialmente no caso de mulheres com filhos pequenos. Soma-se a isso a vulnerabilidade social vivenciada por parte do público da EJA, como o envolvimento com álcool ou drogas. Outro fator relevante é a diferença de faixa etária nas turmas, que pode gerar constrangimentos e desestímulo.

Portanto, é urgente a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, acolhedor e adaptado às realidades dos estudantes da EJA, oferecendo suporte efetivo para que possam dar continuidade à sua trajetória educacional com dignidade e respeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores que levam à evasão e exclusão escolar entre os estudantes do Segmento II da EJA são múltiplos, envolvendo tanto aspectos internos quanto externos que influenciam a decisão de interromper os estudos. Muitos desses sujeitos ingressam na escola com o objetivo de adquirir conhecimentos básicos que possibilitem melhores condições de vida e trabalho, uma vez que enfrentam situações de pobreza, jornadas exaustivas, distância das instituições escolares e, frequentemente, vivem em contextos marcados por violência e insegurança. Em virtude disso, é comum que priorizem o trabalho em detrimento da formação escolar, sobretudo quando enfrentam também a falta de alimentação adequada. Dessa forma, torna-se imprescindível oferecer um ensino contextualizado, que dialogue com sua realidade e contribua para sua permanência na escola.

É necessário, ainda, reconhecer a diversidade presente no público da EJA. Os estudantes trazem consigo histórias, saberes e vivências distintas que devem ser valorizadas no processo educativo. Vale destacar também que metodologias mais dinâmicas, como o uso de músicas, filmes, danças, poesias, teatro e culinária, podem

contribuir para tornar o aprendizado mais atrativo e significativo, respeitando a identidade cultural dos alunos. Do mesmo modo, o uso das tecnologias pode ser incorporado com equilíbrio e intencionalidade, promovendo maior engajamento, desde que os recursos estejam acessíveis a todos.

Outro ponto que merece atenção é a questão do tempo. Muitos alunos que vivem em áreas rurais dedicam parte do dia às atividades agrícolas, especialmente em determinadas épocas do ano. Por isso, é recomendável que as escolas adotem modelos flexíveis de organização do tempo escolar, de forma que os acessos aos conteúdos não sejam comprometidos. Também se observa que parcerias entre as escolas e empresas, sejam públicas ou privadas, podem facilitar o acesso dos trabalhadores às aulas, além de possibilitar a oferta de estágios quando a proposta pedagógica assim exigir.

Em relação à infraestrutura, é válido acrescentar que espaços adequados para acolher os filhos das estudantes podem contribuir significativamente para sua permanência. Já no que se refere ao corpo docente, é essencial que os profissionais estejam em constante formação, preparados para lidar com os desafios específicos dessa modalidade. O uso pedagógico das tecnologias, nesse cenário, representa uma ponte entre o conteúdo escolar e o cotidiano dos alunos, sobretudo em um contexto no qual a EJA tem recebido cada vez mais pessoas jovens.

Assim sendo, é dever do poder público garantir as condições necessárias para atender esse público, que almeja uma educação transformadora e emancipadora. A evasão e a exclusão escolar não devem ser compreendidas apenas como escolhas individuais, pois envolvem fatores estruturais e coletivos. Logo, é responsabilidade da escola, dos educadores, da comunidade, da família e da sociedade como um todo construir caminhos que favoreçam a permanência e o sucesso dos estudantes na EJA. Somente com esse compromisso compartilhado será possível avançar rumo a uma educação mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **A Educação de Jovens e Adultos em Tempo de Exclusão, Alfabetização e Cidadania**, São Paulo: RAAB, 2001, p.10.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 24^a ed. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva, Lei do Censo. Reforma a legislação eleitoral. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1881.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Presidência da República.

BRASIL, Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010. **Institui Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA**. Brasília, 15 de junho de 2010.

BRASIL: Art. 37 da Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11689869/artigo-37-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. **Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA**. Diário Oficial da União: seção 11, Brasília DF, n. 68, p.16, 8 de abril de 2025. Disponível em: [Resoluções CEB 2025 — Ministério da Educação GOV.BR](https://www.gov.br/pt-br/cne/resolucoes-ceb-20) <https://www.gov.br/pt-br/cne/resolucoes-ceb-20>. Acesso em: 19 de junho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 4834 de 08 de setembro de 2003. **Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e dá outras providências**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4834&ano=2003&ato=58dUza61EeRpWTb33>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/proeja/proeja-apresentacao>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007. **Dispõe Sobre a Reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, Visando a Universalização da Alfabetização de Jovens e Adultos de Quinze Anos, ou mais e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6093.htm. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa**: documento orientador. Brasília, DF: MEC, ABMES, 2012. Disponível em:

<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1264/portaria-mec-n-867>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <https://www.anfep.org.br/diariooficial-mec-altera-a-portaria-mec-no-48213-que-dispoe-sobre-o-sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb/>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9765-11-abril-2019-787972-norma-pe.html>. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Decreto 12.048, de 5 de junho de 2024. **Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm. Acesso em: 27 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, p.2 de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021**. Define as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhes/3544/resolucao-cne-ceb-n-1>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Educação de jovens e adultos: alfabetização**. São Paulo: Scipione, 2008, p.107.

CAMPOS, Edna Lúcia Ferreira; OLIVEIRA; Dalila Andrade. **A Influência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CAMPOS, Maria; OLIVEIRA, João. **Abandono Escolar: Causas e Consequências**. 2003. Editora Beta, p.12.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania/ Vera Capucho**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção educação em direito humanos; v.3).

CARVALHO, Carolina Coimbra de.; LIMA, Francisca das Chagas Silva. **Juventudes, educação e trabalho: reflexões sobre os desafios da escolarização na educação de jovens e adultos**. Revista Educação em Debate, Fortaleza, n.73, p.75-86, jun.2017.

CORREA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**, 2005, p. 1.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7ª ed., Editora Paz e Terra, 2021a, p.108.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**: São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000, pp.108-109.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2022, o analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste, 2022**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 166.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Coleção Papirus Educação, Editora papirus, Campinas, 16.ed., p.32, 2009

MOREIRA, Marco Antonio. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Aula inaugural do Programa de Pós - Graduação em Ensino de Ciências Naturais, Instituto de Física, Universidade Federal do Mato Grosso, 23 de abril de 2010. Aceito para publicação, *Qurrriculum*, La Laguna, Espanha, 2012.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica** - Curitiba: Educarte, 2003, p.26,27.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba, Ibpex, 2011.

PEDROSO, Sandra Gramlich. **Dificuldades encontradas no processo da educação de jovens e adultos**. In: I Congresso da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA, João Pessoa. Editora Universitária UFPB, 2010.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas**. v.1 a 3. Rio de Janeiro: casa Jorge,2001.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de jovens e adultos**. 2. ed. Curitiba, Ibpx, 2011, p.20.